

PROJETO DE EMENDA A LEI ORGÂNICA 002 DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

Altera o Artigo 12 “caput” e § 1º da Lei Orgânica do Município de Eldorado do Sul.

Origem: Poder Legislativo

Senhor Presidente, cumprindo o que determina o Art. 193 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, vimos apresentar projeto de emenda a Lei Orgânica, para apreciação deste plenário e posterior sanção e promulgação da seguinte:

EMENDA A LEI ORGÂNICA

Art. 1º O art. 12 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12 A Câmara Municipal de Vereadores reunir-se-á, anualmente, independentemente de convocação, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.”

“§ 1º Nos demais períodos, a Câmara ficará em recesso.”

Art. 2º Esta Emenda a Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação

Eldorado do Sul, 18 de Setembro de 2015.

Vereador João Carlos Vieira
Presidente da Comissão Especial

Paulo Ricardo Rocha dos Santos
Secretário da Comissão Especial

Fábio Araújo Leal
Relator da Comissão Especial

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Vislumbrou-se a necessidade de enquadrarmo-nos ao Princípio Constitucional da Economicidade no Serviço Público, um dos vetores da regular gestão de recursos e bens públicos no que diz respeito aos princípios da Administração Pública, (CF, art. 70, “caput”), visto que neste período do Ano as demandas são mínimas e há o mesmo dispêndio de gastos como em qualquer outro período do ano.

Ademais, não bastando o já alegado, a Constituição Federal de 1988 por sua Emenda Constitucional 50, aprovada em 14 de fevereiro de 2006, traz uma nova redação o artigo 57, que prevê os períodos de recesso do Poder Legislativo Federal, assim como procura se adequar, agora, também, esta Casa Legislativa, reunindo-se anualmente, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.

Ante o exposto, infere-se que tanto o Princípio Administrativo autoriza e como também obriga o ente político-administrativo, encarregado do afazer administrativo e dos diversos processos de tomadas de decisão, a alcançar os resultados, efetiva ou potencialmente, para deste modo evitar a despesa pública antieconômica e a consequente perpetração, muitas vezes irremediável, do prejuízo social.

Eldorado do Sul, 18 de Setembro de 2015.

Vereador João Carlos Vieira
Presidente da Comissão Especial

Paulo Ricardo Rocha dos Santos
Secretário da Comissão Especial

Fábio Araújo Leal
Relator da Comissão Especial